

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
I. INTRODUÇÃO	11
II. DRONES E DIREITOS FUNDAMENTAIS	15
III. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	17
IV. RESPONSABILIDADE CIVIL	19
a. Considerações	19
b. Jurisprudência	20
i. TJSC. Agravo Interno. Processo: 4010524-18.2018.8.24.0000 (Acórdão do Tribunal de Justiça). Relator: Joel Figueira Júnior. Origem: Biguaçu-SC. Quarta Câmara de Direito Civil. Julgado em: 14/03/2019. Juiz Prolator: José Clésio Machado.	20
ii. TJSC. Apelação Cível. Processo: 0301929-73.2015.8.24.0018 (Acórdão do Tribunal de Justiça). Relator: Fernando Carioni. Origem: Chapecó-SC. Terceira Câmara de Direito Civil. Julgado em: 18/09/2018. Juíza Prolatora: Maira Salete Meneghetti.	22
V. DIREITO PENAL – USO DE DRONES E TIPOS PENAIS	25
a. Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	26
i. Jurisprudência	26
1. TJMG. APELAÇÃO CRIMINAL. Processo: 1.0090.19.000276-7/001 (Acórdão do Tribunal de Justiça). Relator: Des.(a) Beatriz Pinheiro Caires. Origem:	

Brumadinho-MG. Julgado em: 20/02/2020. Relator do Acórdão: Des.(a) Beatriz Pinheiro Caires.	26
b. Contravenção de Dirigir aeronave sem estar devidamente licenciado	28
c. Contravenção de praticar na aviação, acrobacias ou voos baixos, fora da zona em que a lei o permite	31
d. Perigo para a vida ou saúde de outrem	31
e. Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação	32
f. Integrar organização criminosa, associação criminosa e associação ao tráfico ...	33
g. Perturbação da tranquilidade	34
VI. DIREITO PROCESSO PENAL	37
a. Investigação policial	37
i. Jurisprudência	39
1. TJMG. <i>HABEAS CORPUS</i> . Processo: 1.0000.15.004224-0/000 (Acórdão do Tribunal de Justiça). Relator: Des.(a) Paulo César Dias. Origem: Lavras-MG. Julgado em: 13/03/2015. Relator do Acórdão: Des.(a) Paulo César Dias.	39
2. STF. <i>HABEAS CORPUS</i> . Processo: 195010 / MG – MINAS GERAIS. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Origem: TJMG. Julgado em: 08/12/2020. Relator do Acórdão: Min. Alexandre de Moraes.	41
b. Execução penal e falta grave	46
i. Jurisprudência	46
1. TJSP. Agravo de Execução Penal. Processo: 9000234-65.2018.8.26.0269 (Acórdão do Tribunal de Justiça). Relator: Des. Alcides Malossi Junior. Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Criminal. Origem: São Paulo. Julgado em: 05/12/2018. Relator do Acórdão: Des. Alcides Malossi Junior.	46
c. Afastamento do sigilo telemático e investigação	47
d. Apreensão de drones, módulo de extração e cadeia de custódia	48
e. Circunscrição e competência	50
i. Jurisprudência	50
1. STF. RECURSO ORDINÁRIO EM <i>HABEAS CORPUS</i> . Processo: RHC 86998. Relator: Min. Marco Aurélio. Órgão Julgador: Primeira Turma. Origem: São Paulo. Julgado em: 13/02/2007. Relator do Acórdão: Min. Cármen Lúcia.	50
2. STJ. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Processo: 0244056-58.2015.3.00.0000. Relator: Ministro Ribeiro Dantas. SUSCITANTE: JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA	

DE SOROCABA – SJ/SP SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE BOITUVA – SP. Órgão Julgador: 3ª seção do STJ. Origem: BOITUVA. Data: 14/06/2019. Relator do Acórdão: Ministro Ribeiro Dantas. 51

VII. POSSIBILIDADES DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (DRONES) POR ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA E OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS 53

- a. Polícia Civil 53
- b. Polícia Federal 55
- c. Polícia Militar 57
- d. Corpo de Bombeiros 58
- e. Polícia Técnico-Científica 61
- f. Administração Penitenciária 62
- g. Guarda Civil Municipal 62

VIII. MODELOS DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS POR FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL 65

IX. APLICAÇÕES PRÁTICAS NO COMBATE AO CRIME 73

- a. Uso do drone em face do tráfico de entorpecentes 73
- b. Contrabando e descaminho 75
- c. Sequestro 76
- d. Terrorismo 78
- e. Subtração de cargas 79
- f. Perseguição ou acompanhamento de criminosos 79
- g. Mandado de busca e apreensão 82
- h. Grandes eventos 85
- i. Locais de difícil acesso 86
- j. Identificação, observação e acompanhamento de pessoas e veículos 87
- k. Utilização em área rural 93
- l. Observação em áreas pluviais 98

X. IDENTIFICAÇÃO E NEUTRALIZAÇÃO DE DRONES 101

- a. DRONEBlocker 101
- b. SkyFence 103

c. Paladyne E1000MP	104
d. AeroEye	105
e. Raytheon Missiles & Defense	106
f. DroneGun	108
g. Chimera	109
h. ApolloShield	111

XI. LEGISLAÇÃO 113

1. MCA 56-4 (2020) – DECEA – Aeronaves não tripuladas para uso exclusivo em proveito dos órgãos de segurança pública, da defesa civil e de fiscalização da Receita Federal	113
PORTARIA DECEA Nº 111/DGCEA, DE 22 DE MAIO DE 2020	113
2. Projeto de Lei nº 9.425, de 2017 do Senado Federal (disciplina o uso de veículos aéreos não tripulados (vants) por órgãos de segurança pública) e outros Projetos de Lei pensados	142
PROJETO DE LEI N.º 16, DE 2015	144
PROJETO DE LEI N.º 1.233, DE 2015	148
PROJETO DE LEI N.º 2.200, DE 2015	155
PROJETO DE LEI N.º 2.845, DE 2015	166
PROJETO DE LEI N.º 2.969, DE 2015	169
PROJETO DE LEI N.º 5.166, DE 2016	170
PROJETO DE LEI N.º 7.529, DE 2017	179
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	195
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	196
PROJETO DE LEI N.º 8.318, DE 2017	199
LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986	201
RESOLUÇÃO Nº 419, DE 2 DE MAIO DE 2017	203
REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL ESPECIAL RBAC-E nº 9	204
PROJETO DE LEI N.º 8.751, DE 2017	206
PROJETO DE LEI N.º 8.884, DE 2017	208
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	210

XII. REFERÊNCIAS 211